ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

REALIZADA NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2009

ACTA Nº 32

Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro de dois mil e nove, pelas 21,25 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Informação da Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº. 1 do artº. 53 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

2 – Revisão do Regulamento de Transportes Escolares do concelho de Palmela

3 – Projecto de Regulamento de Acção Social Escolar

4 – Desafectação do domínio público de parcela de terreno com 10774 m2, para cedência à Brisa Auto-Estradas de Portugal, S.A.

5 – Desafectação do domínio público de parcela de terreno com 1654 m2, para cedência à Brisa Auto-Estradas de Portugal, S.A.

6 – Aumento do Capital Social da ADREPAL, Lda.

7 – Imputação das Despesas com Pessoal da Associação de Municípios da Região de Setúbal para 2009

8– Imputação das Despesas com Pessoal da Área Metropolitana de Lisboa para o ano 2009

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e pelos Secretários Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores e Simplício Joaquim Guerra Piteira.

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU
- Sr. Dr. Artur Miranda Lemos do PS
- Sra. Dra. Carla Oliveira do PS

Presentes, em representação do Executivo Camarário:

- Sra. Presidente Dra. Ana Teresa Vicente
- Sra. Vice-Presidente Adília Candeias
- Sr. Vereador José Charneira
- Sr. Vereador Adilo Costa
- Sr. Vereador José Braz Pinto
- Sr. Vereador José Carlos Sousa
- Sr. Vereador Octávio Machado

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informa que:

- Sr. Dr. Álvaro Amaro, Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, justificou ausência à sessão de hoje tendo a falta sido considerada justificada. Fez-se substituir pelo Sr. Engº. Mário Brinca, Vogal da Junta, que se encontra presente.
- Sr. Dra. Carla Oliveira, justificou ausência à sessão de hoje, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Fez-se substituir pelo Sr. José Manuel Silvério, que se encontra presente.

Solicita aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Recorda que na sessão realizada no passado mês de Dezembro foi deliberado que a Comissão Municipal de Condecorações seria constituída, para além do Presidente da Assembleia Municipal, por um elemento de cada uma das bancadas. Nesse sentido informa que o Sr. Joaquim Caçoete será o representante da CDU e o Sr. Carlos Guinote do BE, solicitando que as restantes bancadas informem ainda hoje o seu representante.

Sr. António José Santos do PS, diz que até final da reunião será indicado o representante.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, informa que será o representante da bancada do PSD.

Sr. Presidente da Mesa, agradece a presença do público presente e informa que, uma vez que se trata de sessão ordinária, haverá seguidamente um período destinado à sua intervenção pelo que pergunta se algum munícipe quer intervir. Não havendo intervenções dá início ao Período de Antes da Ordem do Dia.

De imediato pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. António José Santos do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.

A sua intervenção tem a ver com uma situação que presenciou ao assistir a um jogo de futebol em Cabanas, tendo ficado apavorado uma vez que existem pilares de iluminação e pilares do muro sem protecção que poderão vir a provocar acidentes de alguma gravidade. Nesse sentido apela à possibilidade do campo do Botafogo ser mudado de local uma vez que o actual não tem o mínimo de condições para a prática de futebol e está a pôr em perigo a integridade física dos desportistas.

Sr. José Manuel Silvério do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Diz ser assíduo leitor da comunicação social do concelho e muito atento aos artigos de opinião que regra geral têm um nível bastante elevado. As pessoas têm diferenças de opinião mas expressam-nas de uma forma muito correcta.

Por esse facto ficou espantado quando viu um artigo de opinião no Jornal do Concelho, no dia 19 de Janeiro, escrito pelo Sr. Carlos Guinote membro desta Assembleia. Referindo-se à última sessão realizada no passado dia 16 de Dezembro, dizia: *"…um deputado do PS* (referindo-se à sua pessoa) *afirmou na Assembleia Municipal que a Câmara esbanjava o dinheiro sem poder a meu pedido exemplificar onde, para a Assembleia ser esclarecida …".* Com esta referência dá a ideia mentirosa que lhe fez a pergunta e não a soube responder. Lendo o que está na acta, na página vinte e sete, o que o Sr. Carlos Guinote disse foi: *"…a propósito da intervenção da bancada do PS foi dito que a CDU esbanjou dinheiro mas não ficou esclarecido para onde foi o dinheiro …".* Por aqui se vê que não foi interpelado directamente pelo Sr. Carlos Guinote mas, mesmo que fosse, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal não permitiu mais intervenções sobre essa matéria. Lembra, que, quando a Sra. Presidente nas suas respostas disse: *"…gostaria de perguntar aos Srs. Membros da Assembleia que tiveram intervenções neste sentido de que obras prescindiriam no Orçamento de acordo com as opções de cada um e que novas obras incluiriam …",* pediu a palavra para responder e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal não autorizou, conforme consta em acta.

Dirigindo-se ao Sr. Carlos Guinote, diz que este mentiu, e refere que estando a representar um grupo político que apregoa a moralidade da verdade, isso é muito feio.

No mesmo artigo de opinião o Sr. Carlos Guinote disse também: *"…as poucas pessoas que assistam às Assembleias Municipais já devem ter percebido que o PS não é para levar a sério no nosso concelho …".* Se fosse uma pessoa mal intencionada, e por aquilo que acabou de ler, pensaria que para o Sr. Carlos Guinote uma pessoa ser levada a sério teria que ser aldrabão. Em sua opinião o problema é outro porque este senhor vive num equívoco político, o que é notado

desde que está nesta Assembleia, porque do lado onde se encontra estão os bons, que só têm virtudes e só dizem verdades, e no lado oposto estão os mentirosos, que não falam verdade, não têm coração, não são de esquerda, não têm moralidade nenhuma. Para o Sr. Carlos Guinote aos membros da CDU só falta um bocadinho apenas para serem perfeitos, e que seria um militar no Bloco de Esquerda.

Vai ler um pouco daquilo que o PCP pensa do Bloco de Esquerda, e que foi apresentado nas teses para um congresso recente e para aprovação dos estatutos do PCP que foram aprovados e não revogados: *"…o Bloco de Esquerda caracteriza-se fundamentalmente pelo seu carácter social-democrata embora mantendo traços de radicalismo de esquerda nas suas acções e na construção da sua imagem vive apenas do mediatismo e tem um vazio de ideologia e de classes …"*. De imediato pergunta se para os Membros da Assembleia da CDU o lugar do Sr. Guinote é ao lado do PSD? Ao Sr. Membro Carlos Guinote diz para ver a figura que faz na Assembleia e se alguém o pode levar a sério.

A verdade é que, também, para os eleitos do PCP só os que comungam das suas ideias é que têm virtudes uma vez que os outros só têm defeitos. Recorda o que o PCP disse nas últimas autárquicas sobre o Presidente da Câmara de Sines: *"…O Sr. Manuel Coelho é um exemplo de virtudes que caracteriza os bons comunistas que estão neste partido há muitos anos…".* Nessa mesma altura o Sr. Manuel Coelho, com trinta e um anos de militante dizia: *"…são valores ser-se do PCP que estão no sangue, na alma, um comunista nunca perde nem nunca muda …".* Em 27 de Janeiro, Manuel Coelho disse aos ecrãs da televisão: *"…saí do PCP ao fim de trinta e cinco anos de militante porque o PCP funciona como uma seita religiosa…"*.

De imediato solicita que a sua intervenção seja exarada em acta uma vez que irá ser a vergonha para aqueles que nesta Assembleia sofrem da "alegromania". Pergunta se seria justo cada vez que o PCP intervém o PS dizer:*"…mas vocês são uma seita religiosa…",* e não são palavras do PS mas de um ex-camarada do PCP. Era o que o PCP passou a dizer de Manuel Alegre, quando alguns dos mais experientes na política sabem o que nos corredores do PCP, na Soeiro Pereira Gomes, se diz de Manuel Alegre nos últimos encontros tidos com o BE, é que se o PS o tivesse proposto para Presidente da Assembleia da República e tivesse sido eleito o percurso dos quatro anos teria sido outro.

Dirigindo-se à bancada do PCP diz para aprenderem a respeitar os outros partidos para ver se os outros também aprendem a respeitar o vosso.

Com isto, Sines vai ter um candidato de nome Albino Roque, que é do Poceirão, já trabalhou nesta Câmara, já esteve na Moita e foi por aí abaixo até chegar a Sines para substituir Manuel Coelho.

Em relação à actividade da Câmara gostaria de perguntar à Sra. Presidente se não haverá um equívoco uma vez que o relatório agora entregue diz respeito ao período de 1 a 31 de Janeiro de 2009, quando o último do ano de 2008 era até 30 de Novembro. Pensa ser um lapso porque não aparece a actividade do mês de Dezembro.

Para terminar gostaria de colocar uma questão à Sra. Presidente. Deste modo pergunta se a Sra. Presidente estará em condições de garantir à Assembleia que o atraso na inauguração do novo mercado municipal de Pinhal Novo tem a ver única e exclusivamente com a instalação da loja dos correios. A razão de ser da sua questão tem a ver com o facto de há catorze meses, na

sessão de 20 de Dezembro de 2007, aquando da discussão do Orçamento e Plano para 2008 a Sra. Presidente ter dito que o mercado ficaria pronto antes do final de 2008. Ao ouvir esta declaração vaticinou que o mesmo só ficaria pronto em 2009, ano de eleições regra tão criticada pela CDU aos governos centrais. Mas não é isso que o preocupa, porque estas atitudes levam a que as pessoas gostem cada vez menos dos políticos que têm responsabilidades, o que poderá ser grave neste caso é que se venha a verificar que o atraso se deva a incumprimento por parte do consórcio ACF/Cobeng que é o mesmo que construiu a escola de Cajados, inaugurada em Setembro último, e que tem gravíssimos problemas de construção.

Trata-se de uma escola com graves infiltrações de água, materiais utilizados desconformes, piso de toda a escola em cimento rudimentar e desapropriado, portas das salas de aula que não funcionam, lavatórios e armários que caem nos primeiros dias de aula, caldeira de aquecimento com problemas desde o primeiro dia, o pior que tem visto em construção. A Comunidade Educativa está revoltada e os pais e encarregados de educação já fizeram dois abaixo assinados e tentaram fechar a escola, como é do conhecimento geral.

Também verificou que este consórcio Arlindo Correia e Filhos/Cobeng teve a mesma prática nos dois concursos. Na escola de Cajados reclamou cerca de sessenta e seis mil euros por erros e omissões de projecto, tendo o projectista e a fiscalização da Câmara aprovado cerca de quinze mil euros ao montante adjudicado. No caso do mercado do Pinhal Novo foi reclamado por este consórcio por erros e omissões relativos ao projecto o valor de duzentos mil trezentos e quarenta e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos, tendo a fiscalização da Câmara atribuído cerca de cem mil euros a somar ao valor de adjudicação e elevando-o para dois milhões e setenta e oito mil euros. A sua chamada de atenção vai no sentido de que é preciso urgentemente que os donos das obras públicas, não só as câmaras mas também os governos, invistam em fiscalização e façam-na ir para o terreno com o caderno de encargos na mão para acompanhar as obras. É imprescindível que isso aconteça porque não se podem adjudicar as obras e só lá ir quando está pronta ou para inaugurar, que é um dos grandes defeitos da generalidade dos políticos com responsabilidades públicas no nosso país.

Ao analisar a actividade da fiscalização desta Câmara, que é apresentada no relatório, verificar-se-á nas várias vertentes que tirando a publicidade é praticamente nula.

É muito triste ver que as obras são feitas e duram muito pouco o que acontece há muitos anos. O Centro Cultural do Poceirão é um bom exemplo, tem uma dúzia de anos e parece que foi construída há quarenta anos e com um mês ou dois de construção os painéis do revestimento exterior começaram a cair.

Trata-se de dinheiro do erário público e os políticos em geral gastam-no sem exigência, porque se fosse pago por eles a exigência e a fiscalização sobre as obras seriam outras.

Actualmente isto é mais grave devido à crise porque os empreiteiros estão a perder dinheiro nas obras e se puderem fugir ao caderno de encargos fazem-no. Dá como exemplo uma estrada onde passou recentemente onde estava a ser finalizado o asfaltamento e que no início da mesma já havia buracos. Os inertes são de pouca qualidade, coloca-se menos asfalto na estrada e não se vê ninguém das Câmaras a fiscalizar os trabalhos das obras. O resultado é que as estradas em vez de durarem dez anos duram três ou quatro e quem paga é o erário público.

Tudo isto tem a ver com uma política que tem que ser mudada a nível do país, porque gastar um euro do erário público é uma responsabilidade de todos. É importante que haja

sensibilidade da parte de quem gere os dinheiros públicos uma vez que há pessoas que se trabalhassem numa empresa privada nem para estafetas serviam.

É obrigação nestas Assembleias e onde se puder usar a voz de se exigir. Quando encontra uma estrada em más condições contacta o Instituto de Estradas para reclamar e se for preciso pára no local para exigir condições de circulação. Não se pode continuar a ver que o erário público gasta o dinheiro e que as obras são mal feitas.

A escola de Cajados é um exemplo do pior que se pode fazer em construção e receia que o mesmo possa acontecer com o mercado de Pinhal Novo. Na escola fizeram portas com mais de dois metros para evitar a construção de paredes, para além dos erros de projecto relativamente às janelas das salas de aula que não se podem abrir porque não são de correr tendo que se recorrer a uma escada para abrir as bandeiras que estão a três metros de altura. Em relação à construção qualquer pessoa com dois dedos de testa vai ver a obra e verifica como está a ser feita.

Termina apelando à Sra. Presidente a melhor atenção para a obra do mercado do Pinhal Novo porque teme que não esteja a ser feita nas melhores condições. Uma obra demora tanto tempo a fazer bem como mal, os custos é que são diferentes, mas uma obra mal feita nunca mais ficará em condições.

Sr. Carlos Guinote do BE, dirigindo-se ao Sr. José Manuel Silvério diz que o Bloco de Esquerda não é o Partido Comunista, tem uma política para governar o país e tem que se colocar no sítio próprio para o dirigir de acordo com a vontade dos cidadãos.

Reafirma que o Sr. José Manuel Silvério disse que a Câmara esbanjava o dinheiro. Esbanjar tem um sentido e é conotado com o gastar mal pelo que é preciso dizer onde, foi esse o sentido da sua intervenção. Já não é a primeira vez que o PS faz afirmações desta natureza, recorda um artigo publicado já há algum tempo onde um membro do PS somou os orçamentos de todos os anos de governação CDU na Câmara de Palmela, com um determinado número de milhões de contos na altura, e depois perguntava onde estava esse dinheiro. Considera esse facto uma patetice que não é para levar a sério. Já cometeu muitos erros no Bloco de Esquerda mas também tem aprendido muito e não faz essa figura. Refere que o Sr. Membro António José Santos é que colocou um pouco de água na fervura dizendo que se esbanjaram oportunidades mas não foi isso que o Sr. José Manuel Silvério disse. De qualquer modo quer dizer que o Sr. José Manuel Silvério é do PS e por isso tem que o analisar em função daquilo que faz na Assembleia e do que aprova lá fora, escusando-se de dizer que quem tem mentido é o Sr. Primeiro-Ministro e no que é que tem mentido.

Para terminar relembra que Mata Cáceres após a compra por um promotor imobiliário da Nova Setúbal, que eram terrenos de indústria, fez uma habilidade e transformou-os em terrenos urbanizáveis. Se as casas estivessem a vender eram milhões de contos que a Câmara tinha dado aquele promotor.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS inicia participação nos trabalhos cerca das 21,50 horas

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Gostaria de aplaudir o facto de no início do corrente mês ter havido uma sessão, no Cine Teatro São João, sobre o Plano Director Municipal e os trabalhos da sua revisão. Nessa sessão

vários oradores, incluindo a Sra. Presidente, o Prof. Nunes da Silva e outros, fizeram exposições interessantes em que se falou fundamentalmente dos princípios, das metodologias do PDM e dos objectivos a atingir, o que é fundamental.

Gostaria de dizer que isso não é suficiente para que uma Assembleia Municipal possa um dia vir a pronunciar-se em conhecimento de causa sobre o PDM. É absolutamente necessário que se crie um mecanismo para, eventualmente, numa comissão da Assembleia Municipal poder-se ver o PDM em termos de cartas geográficas e conhecer ao pormenor os eventuais avanços e recuos dos perímetros urbanos, a distribuição de densidade habitacional em função dos fundamentos, como é que vai ser colocada a questão dos corredores ecológicos dentro das zonas urbanas, como é que vai ser equacionada a questão do crescimento das zonas industriais e se serão zonas de industria de geração ultrapassada ou se se pensa fazer algo para uma industria tecnologicamente avançada, que não são preocupações de hoje mas que pensa dever colocá-las novamente em nome do grupo do Partido Social Democrata.

Também acha que deve haver mais ambição neste tipo de coisas uma vez que se trata de um instrumento de gestão territorial tão importante como o PDM. Essa ambição corresponderia a desenhar algumas ideias que tenham a ver com o futuro e com a qualidade de vida no concelho. É evidente que esta ambição tem que ser proporcionada aos meios existentes uma vez que não se pode pedir o que é impossível, e não são meios de um exercício ou de um Orçamento mas de quatro, oito ou eventualmente doze anos.

Em sua opinião o concelho deverá ter mais espaços públicos e verdes nas zonas urbanas uma vez que há um claro défice nesta área. Tudo isto tem a ver com os regulamentos de edificação municipais uma vez que os rácios existentes no novos loteamentos entre construção e espaços verdes, e espaços públicos, são muito insuficientes. Também tem a ver com a melhoria das infra-estruturas e com a hipótese de nas novas urbanizações se fazer a colecta do lixo pelos processos de aspiração automática e pneumática através da colocação de tubos subterrâneos. Estes sistemas permitem que da casa de cada pessoa os lixos possam ir directamente para uma central onde são tratados. Trata-se de um processo relativamente caro, mas que para novos loteamentos é perfeitamente razoável colocar este problema aos loteadores para ser equacionado e estudado economicamente.

Outra questão que lhe agradou ouvir foi a hipótese de tratamento da Vala da Salgueirinha, de modo a que haja um espaço lúdico em Pinhal Novo estruturado à volta de um plano de água que em sua opinião até podia ser mais desenvolvido, independentemente do financiamento que há-de vir do Governo.

Para terminar houve uma coisa que o preocupou e que tem a ver com Rio Frio. Grande parte das fortunas portuguesas dos últimos trinta anos, que hoje repousam ou dormem o sono dos justos em *offshore* financeiros de duvidosa reputação, foram feitas com pessoas que tinham quintas e as transformaram em terrenos urbanos ou urbanizáveis. Aqui houve um larguíssimo coeficiente de arbitrariedade e discricionariedade pelo que volta a dizer, e pode provar que, nos últimos trinta anos, grande parte das fortunas vêm exclusivamente deste fenómeno. Houve uma redistribuição de riqueza enorme e tratando-se de um fenómeno fundamental em termos de moralidade, de ética e de economia política. Ficou preocupado uma vez que ouviu falar de catorze mil e quinhentas camas para Rio Frio porque quando este assunto, em 2005, foi a reunião de Câmara era claramente um projecto turístico em que se podia construir apenas em vinte por

cento, com densidades bastante baixas, sendo que os outros oitenta por cento ficavam virgens. A sua preocupação tem a ver sobretudo com o facto de que gostaria que em Rio Frio surgisse um projecto autenticamente turístico e não loteamentos de grande dimensão disfarçados com a alcunha de "turísticos". Hoje em dia existe aquilo que se chama de turismo residencial que está a meio caminho entre a habitação pura e simples e o turismo e tem-se abusado do turismo residencial para fazer loteamentos. Em princípio este tipo de turismo era para pessoas de outros países que viriam passar temporadas a Portugal, devido ao clima ser maia ameno. Gostaria que Rio Frio que é um terreno magnífico, apesar da proximidade do aeroporto e dos seus constrangimentos, seja de facto aproveitado para turismo.

Ainda há outro problema que o preocupa, apesar de saber que a Câmara tem poucos meios jurídicos para intervir, que é o problema da fragmentação das propriedades. Há propriedades que são fragmentadas por várias vezes e são vendidas a várias pessoas e aí perdem a unidade de acção e passa a haver um urbanismo péssimo onde a própria Câmara pensaria que iria haver um projecto com cabeça, tronco e membros. Em sua opinião os meios jurídicos terão que ser reforçados e nos últimos anos isso não tem acontecido em matéria de ordenamento do território.

Termina dizendo que era basicamente este o seu contributo para com o PDM, reforçando a ideia que o PDM tem que ser discutido no seu pormenor.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em primeiro lugar apresenta desculpas por ter chegado atrasado à Assembleia mas motivos de força maior levaram a que a isso acontecesse.

Refere que na reunião de preparação desta sessão o Sr. Membro Carlos Martins chamou à atenção para um facto muito importante. Já andam há muitos anos nestas lides e não tem havido o engenho e arte no sentido de proporcionar ao concelho um debate que a Assembleia Municipal deveria proporcionar sobre as matérias nucleares e nomeadamente sobre o PDM. Um assunto desta natureza não pode ser falado de modo ligeiro, numa intervenção que merece todo o seu respeito mas que se perde porque não é contextualizada. É transversal ao concelho, interessa a todos os munícipes uma vez que neste momento estão a viver-se grandes momentos de transformação no concelho. É a este fórum e a todos os eleitos, independentemente da cor política, que cabe a obrigação de os debater duma forma clara, transversal e interessar as populações na coisa pública porque todos, numa sociedade democrática, têm obrigação de intervir activamente sobre os locais onde vivem. Compete aos Membros da Assembleia Municipal, enquanto eleitos, motivar esse debate duma forma construtiva que a vivência democrática assim o define.

Com esta sessão, e esta ordem do dia, está a cumprir-se a lei e faz parte do que é preceituado mas é "pobre". Em sua opinião a Assembleia Municipal tem mais, tem pessoas, tem ideias, tem o palpitar de todos os que sentem o concelho e que têm obrigação de chamar a este fórum, que é o maior do concelho, os cidadãos. Chama a atenção do Sr. Presidente da Mesa para a necessidade de terem o engenho e arte, em sede de Assembleia Municipal, de debaterem os assuntos políticos que não são meramente os da ordem do dia. Todos esses assuntos têm interesse mas são decorrentes da gestão corrente, só que o interesse das populações transcende

muito esses assuntos. Um espaço tão nobre tem que ser usado nas suas potencialidades a favor do bom desenvolvimento e daquilo que todos querem para o concelho.

Termina dizendo que o Partido Socialista deixa um repto no sentido que esta Assembleia abra os braços, as suas portas, chame as populações ao mais candente debate que hoje se põe que é o debate do PDM, que vai desde as acessibilidades à qualidade de vida e a tudo o que diz respeito ao concelho.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta de há mais intervenções.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, informa que o Sr. António José Santos será o representante do PS na Comissão Municipal de Condecorações

Sr. Presidente da Mesa, não havendo mais intervenções dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas à Câmara Municipal.

Sra. Presidente da Câmara apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em primeiro lugar gostaria de solicitar autorização ao Sr. Presidente da Mesa para o Sr. Vereador Adilo Costa responder à questão concreta relacionada com a obra da escola de Cajados, não sem antes dizer que o atraso na inauguração do novo mercado de Pinhal Novo não é só por causa da obra dos correios uma vez que foi determinada uma data a partir da qual o mercado será aberto independentemente da obra dos correios estar pronta ou não. A pedido dos operadores do mercado houve necessidade de fazer algumas adaptações no sentido de ajustar as lojas às suas práticas, e aos seus desejos, e que foram manifestados praticamente no final da obra.

Sr. Vereador Adilo Costa apresenta cumprimentos a todos os presentes e agradece ao Sr. Presidente da Mesa a oportunidade de poder responder directamente à questão colocada sobre a obra da escola de Cajados, não só para esclarecer mas também em defesa da honra.

Em defesa da honra antes de mais e porque não é a primeira vez que o Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério levanta questões, em si pertinentes, mas depois ao adjectivá-las e se não tiver a devida resposta se tornam, de facto, insuportáveis. Por esse facto e, como quem não se sente não é filho de boa gente, não poderia permitir que passasse à frente em questões de política local uma vez que este Sr. Membro disse que: *"…há políticos que nem para estafetas serviam…".* Não sabe se o Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério quer ser membro dum executivo sombra, e se eventualmente gostaria de ter o pelouro das finanças e das obras públicas, para depois, talvez com um chicote, ver o que é a fiscalização municipal fazia e como é que controlaria as outras áreas e serviços da Câmara. Não é essa a postura do executivo, mas sim a de gerir pessoas, gerir bens, e gerir o melhor que sabem.

Em relação à questão do consórcio diz que hoje em dia é possível fazer-se consórcios e no caso concreto da escola de Cajados foi o consórcio Cobeng/ACF que esteve no terreno e se o Sr. Membro da Assembleia Municipal esteve no local verificou que assim era. No caso do mercado do Pinhal Novo é o oposto, ACF/Cobeng é quem está no terreno e quem está a responder é a ACF que são coisas distintas. Por uma questão de estratégia empresarial é permitido haver esse tipo

de consórcios e a Câmara só tem que aceitar. Quem responde em relação à escola de Cajados é a Cobeng e a ACF em relação ao mercado de Pinhal Novo. É nesta óptica que os assuntos são tratados com uma e outra empresa.

Em relação à Cobeng, e pelas palavras do Sr. Membro José Manuel Silvério, parece que a fiscalização municipal esteve a dormir. Aproveita para lembrar que o Sr. José Manuel Silvério numa entrevista a um jornal nacional, após um acto de vandalismo, em vez de criticar o acto em si falou dos problemas que a escola tem, e que são conhecidos da Câmara, branqueando completamente o acto de vandalismo como se fosse uma coisa banal e como se isso hoje em dia fosse uma coisa completamente normal. Em sua opinião para um membro duma associação de pais branquear um acto de vandalismo duma escola, que só não foi mais grave devido à rápida intervenção da segurança e dos bombeiros, não é nada digno.

Quanto à recepção condicionada da escola de Cajados gostaria de dizer que a escola foi entregue para abertura do ano escolar. A Câmara tinha conhecimento das deficiências da obra e tanto assim que em anexo à recepção da escola foi dito que todos os problemas tinham que ser resolvidos apesar dos mesmos não impedirem a abertura da mesma. Foi isso, sob pena de multa, que ficou definido porque a fiscalização municipal actuou e detectou os problemas. Foi calendarizado um conjunto de acções que iria desde as férias do Carnaval às férias da Páscoa sendo que uma delas por ser mais complicada para resolver, concretamente o problema dos cheiros que incomodou durante vinte e quatro horas o funcionamento da escola, será nas férias de verão. Todos estes problemas estão controlados e a obra só será definitivamente recepcionada depois de tudo resolvido. A fiscalização municipal e neste caso a fiscalização das obras municipais, que não tem a ver com a outra fiscalização referida pelo Sr. Membro que é a fiscalização pericial, tem actuado.

Se quer referir a pouca actuação da outra fiscalização municipal pode informar que há centenas e centenas de processos. Convida-o desde já a dirigir-se às instalações da Divisão, na Rua de Olivença, para verificar o conjunto de processos existentes, o conjunto de embargos movidos, o movimento daquela Divisão. Ainda assim, neste período de balanço da Câmara, há cento e seis processos iniciados, pelo que gostaria de saber se é pouco ou muito. Em sua opinião é o suficiente para se ver o trabalho da fiscalização municipal num território de quatrocentos e sessenta e dois quilómetros quadrados.

Por fim em relação aos erros e omissões gostaria de dizer que à luz do novo código são analisados à *anteriori,* ou seja é mais fácil para o dono da obra poder fiscalizar porque tem que ser visto e discutido com os concorrentes antes do início da empreitada. Neste caso, como é ainda no âmbito do código anterior, é visto à posteriori e de facto há erros e omissões em Palmela, como em Vila Nova de Gaia e nas empreitadas do Estado. Uma coisa é certa a Câmara Municipal é fiscalizada pelo Tribunal de Contas, não ultrapassa os quinze por cento e em média é raro ultrapassar os cinco por cento em relação à empreitada inicial.

Sra. Presidente da Câmara pede autorização ao Sr. Presidente da Mesa para responder a outras duas questões que tinham sido levantadas.

Sobre as questões do Botafogo diz ser do seu conhecimento e que o clube há alguns anos manifesta junto da Câmara Municipal o desejo de ter um campo alternativo. O campo funciona homologado pela Associação de Futebol de Setúbal pelo que as questões de segurança não

deverão ser o principal problema. O campo não tem condições para receber visitantes, nem as pessoas que querem assistir ao jogo pelo que o clube luta com falta de condições ara o seu funcionamento. Como já referiu é um assunto que tem vindo a ser abordado com a direcção do clube há alguns anos a esta parte existindo uma reserva de espaços para equipamentos desportivos, no âmbito do plano de urbanização de Cabanas, pelo que aí terá que ser encontrado um terreno que seja alternativo com a colaboração do clube e de privados.

Não sabe dizer com exactidão se a data do relatório foi um lapso, ou não, uma vez que o Dr. Paulo Pacheco não se encontra presente. No entanto sabe que foi tomada uma decisão no sentido de acertar os relatórios por meses, e não tanto pelo período exacto em que acontece a Assembleia, porque isso faz com que haja actividades que são interrompidas e são retomadas no relatório seguinte. No caso concreto admite que possa ter sido lapso por ter ficado de fora a actividade do mês de Dezembro.

Em relação à questão levantada pelos Srs. Membros Bracinha Vieira e Miranda Lemos sobre a abordagem do PDM, e das propostas enquanto órgãos autárquicos, gostaria de dizer que foi exactamente com o espírito de permitir uma conversa alargada com a comunidade onde se aprende porque se ouviu os outros, onde se pôde interrogar os especialistas e técnicos, que se promoveu o lançamento público do debate em torno da revisão do PDM.

Teve pena que não houvessem mais Membros da Assembleia Municipal de Palmela a participar num momento que foi muito importante e onde se pôde colocar muitas questões. Aconteceu num tempo considerado suficiente para o debate naquelas condições, em que ouvindo atentamente alguns especialistas se ficam com questões objectivas e dúvidas para colocar tendo sido atingido o objectivo da Câmara Municipal ao iniciar a discussão dessa maneira. Procurou-se criar na comunidade em geral alguma capacidade de intervir com mais qualidade porque à medida que se vão dando mais informação às pessoas, e em que se vai partilhando a informação com os especialistas, todos ficam mais dotados da capacidade de discutir publicamente. Houve intervenções interessantes, muitas perguntas, tendo a abordagem sido útil e correcta mas, como já disse em vários momentos, isso não dispensa em nada a discussão dos órgãos autárquicos e dos órgãos políticos. Com o debate, com os dados apresentados e o conjunto das intervenções, está a ser feita uma compilação que vai servir de documento de trabalho para todos e sobre o qual se vai trabalhar, produzir, dar opiniões e fazer sugestões de correcção.

Gostaria de recordar aos Srs. Membros da Assembleia que ainda não se está na fase da chamada discussão pública formal, estando apenas a poder participar e assumir uma intervenção que será mais completa depois de se terem os dados e a avaliação técnica do território.

A nível dos órgãos autárquicos será como os Srs. Membros da Assembleia quiserem, ou à porta fechada ou como órgão público.

Em relação ao projecto de Rio Frio informa que o mesmo está suspenso na Câmara Municipal porque por um lado estão em vigor as medidas preventivas sobre o turismo, que foram lançadas e por isso não se podia permitir o desenvolvimento de novos projectos turísticos no concelho, e por outro lado estão lançadas sob o território as medidas preventivas sobre o aeroporto. De qualquer modo, e tanto quanto sabe, por parte dos promotores o projecto tem vindo a ser trabalhado através duma figura que a lei permite ou seja um plano de acção territorial que é mais abrangente do que o desenho turístico no concelho de Palmela. Este plano engloba as unidades de vocação turística no concelho em toda aquela zona englobando Rio Frio, Alto do Pina

e que vai até ao concelho de Alcochete para um outro projecto que integra a herdade dentro daquele concelho. Não houve nenhuma alteração em relação à ocupação da zona e tudo o que pode acontecer em Rio Frio tem que corresponder rigorosamente à deliberação de Câmara referida pelo Sr. Dr. Bracinha Vieira.

Para terminar informa que aquele território mantém a mesma classificação, desde o PDM em 1996, até hoje pelo que julga não haver qualquer dúvida da parte dos Membros da Assembleia Municipal independentemente das notícias que têm vindo a público.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** passa de imediato ao Período da Ordem do Dia.

1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº.1 do artº. 53º. da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Sr. Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara.

Sra. Presidente da Câmara, dispensa a leitura da introdução ao relatório e encontra-se à disposição para responder a questões por parte dos Srs. Membros da Assembleia.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém tem alguma questão a colocar. Não havendo intervenções passa de imediato ao ponto seguinte.

2 – Revisão do Regulamento de Transportes Escolares do concelho de Palmela

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente se pretende aduzir mais alguma questão à proposta apresentada.

Sra. Presidente da Câmara, diz que aguarda que sejam colocadas questões

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Na continuidade de algumas reflexões pedagógicas que hoje se têm feito, e que não são mais do que uma tentativa de contribuir com algumas achegas para que a gestão municipal possa

melhorar e a informação aos munícipes possa ser mais fecunda, gostaria de abordar pois ou três aspectos que o levaram a pensar a revisão ao Regulamento em discussão. Não terá tanto a ver com o concordar ou discordar mas mais sobre as questões de método e as questões de substância da proposta.

O Regulamento dos Transportes Escolares do concelho de Palmela foi publicado em vinte e três de Julho de 2007, pelo que durante o ano lectivo 2007/2008 houve uma experiência à volta da aplicação do regulamento. Teoricamente tem lógica passado um ano, e conforme é dito na proposta, pensar um pouco sobre como é que na prática se mostrou útil.

Em sua opinião a proposta, no seu conteúdo, é uma proposta fraca que poderia ter ido mais longe. E é aqui que, mais uma vez, num momento em que todos dizem que as forças políticas precisam de mudar o discurso, que a maneira de fazer política mais aproximada aos cidadãos tem que ser mais efectiva, em que se vive uma crise a nível mundial e que é preciso mudar os paradigmas da política, também nas pequenas coisas da vida municipal alguma coisa tem que mudar. Perdeu-se uma oportunidade nesta proposta, e ela merecia que passado um ano de execução do regulamento se pudesse partir de um ponto de situação. Era útil que esta proposta tivesse um conjunto de considerandos que nos pudessem dar a conhecer o resultado da aplicação do regulamento. Era uma boa oportunidade de se fazer uma reflexão de como ao longo de um ano se utilizou o transporte escolar e por via disso, e dessa reflexão, chegar-se à conclusão que era necessário mudar o regulamento com determinados objectivos que iriam ser propostos e que a mudança do regulamento seria para atingir determinados objectivos de melhoria.

Refere o segundo parágrafo da proposta dizendo que são meios louváveis para analisar o regulamento mas não são objectivos. Em sua opinião falta à proposta uma indicação clara de quais os objectivos que são interessantes, que são propostos e que têm interesse para que o regulamento agora aprovado, tendo em vista que houve modificações relativamente ao anterior, possa demonstrar os benefícios para o futuro.

Resumindo, e para terminar, em sua opinião a proposta poderia ter sido mais bem concebida com o ponto de situação e objectivos mais claros nas melhorias que pretende introduzir o que seria mais claro para a comunidade educativa e munícipes em geral relativamente à qualidade do transporte escolar do concelho.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Gostaria de ser esclarecido em relação aos artigos sexto, sétimo e oitavo. Pensa que os artigos querem dizer a mesma coisa mas têm significados diferentes, por esse facto gostaria de saber quais os critérios definidos para classificar os graves problemas de natureza social.

Relativamente ao artigo décimo quinto, a prova de residência faz-se, nos termos da alínea c), com o cartão de eleitor do encarregado de educação. Em sua opinião um cartão de eleitor não é um documento que comprove a residência em determinado concelho. Há vários exemplos de indivíduos que votam no concelho de Palmela e residem noutro concelho.

Quanto ao artigo décimo oitavo, em relação às vinhetas para o transporte dos alunos autorizados pela Câmara Municipal de Palmela, acha que devia haver um maior rigor porque o texto não é muito perceptível e pode trazer para a Câmara Municipal alguma acusação de discricionariedade nesta classificação.

Por fim e quanto ao artigo vigésimo oitavo, relativo à suspensão do serviço de transporte, pretende saber que motivos é que levarão a essa suspensão.

Sr. José Manuel Silvério do PS, diz que enquanto membro do Conselho Municipal de Educação participou nos trabalhos de feitura do regulamento e foi reconhecido por todos o contributo dado por este órgão.

Considera tratar-se de um regulamento do melhor que há no país, não pelo facto de ter participado na sua elaboração, mas porque é realmente verdade.

Comparando as duas versões não consegue ver diferença nenhuma, à excepção do artigo vigésimo, ponto número um, pelo que gostaria de ser esclarecido. No presente ano lectivo, por problemas havidos nas escolas secundárias, a Câmara informou que as vinhetas passavam a ser compradas em dependências da Câmara. Ao questionar o porquê foi informado que havia problemas com o recolha do dinheiro, mas no início do mês de Janeiro do corrente ano foi colocado nas escolas um aviso a informar que as vinhetas passariam a ser vendidas novamente nas escolas. Assim sendo não faz sentido este ponto estar a ser alterado.

Para terminar pretende que a Sra. Presidente lhe diga especificamente o que é que foi alterado em relação ao documento inicial.

Sr. Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

Sra. Presidente da Câmara, vai tentar responder duma forma genérica solicitando a ajuda da Sra. Vereadora Adília Candeias para outros esclarecimentos.

No que diz respeito ao tratamento da proposta, questão colocada pelo Sr. Membro Carlos Martins, sem prejuízo de não querer julgar a bondade e até a pertinência da proposta acha que o que refere é um relatório de avaliação que fará parte da prestação de contas. Este ano foram servidos dois mil duzentos e quarenta alunos dos ensinos básico e secundário dos quais mil novecentos e quarenta e um transportados em circuito público e trezentos em circuitos especiais. Assumiram, mensalmente, a venda de senhas para o passe a cerca de trezentos alunos do ensino secundário nos postos de atendimento de Quinta do Anjo, Palmela e Pinhal Novo e por questões concretas que tinham a ver com a deslocação de alunos, passaram a fazer a venda directamente nas escolas.

Os números que fazem parte do serviço que é prestado em geral integrarão o relatório de gestão e onde também constará a avaliação do trabalho desenvolvido no domínio dos transportes escolares.

Refere que em relação ao regulamento e do ponto de vista formal este não enferma de nenhuma irregularidade ou nem sequer nenhuma menos clara apresentação. O que poderá tornar-se menos claro é o facto das alterações não serem muitas e desse ponto de vista o Sr. Membro José Manuel Silvério tem razão. Para além do que referiu chamaria a atenção para um outro aspecto que tem a ver com o artigo décimo quinto que tem um ponto completamente novo, ponto quatro, e há muitas alterações pontuais noutros artigos. No essencial o que se procurou com esta alteração foi adaptá-lo às pequenas questões que foram sendo sentidas e que mereciam

ser clarificadas. O artigo quinto talvez seja das alterações mais substanciais para além das referidas.

De imediato solicita autorização ao Sr. Presidente da Mesa para a Sra. Vereadora Adília Candeias intervir.

Sra. Vereadora Adília Candeias apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Diz que o regulamento não tem alterações muito significativas nem muitas alterações. Apesar de tudo, e dado que o anterior regulamento foi aprovado pela Assembleia, acharam que estas alterações também deveriam vir a este órgão e daí a proposta que hoje está em discussão.

Relativamente à questão da prova de residência diz que não é apenas o cartão de eleitor. Verificava-se alguma fragilidade para os encarregados de educação e tutores das crianças provarem a sua morada independentemente de poder ser através dos recibos de água, luz ou gaz. Ainda assim essas situações não são completamente claras porque pode acontecer que os pais da criança vivam junto com outras pessoas e os contratos estarem em nome dessas pessoas e não no nome do encarregado de educação. Por esses factos poderá ser apresentado o cartão de eleitor ou o atestado da Junta de Freguesia da área de residência, para além doutros documentos. O regulamento define ainda que o encarregado de educação será a pessoa que tiver o menor à sua guarda, porque no nosso concelho existem muitos casos em que, pelo facto duma criança ficar durante o dia com a avó ou com uma tia, consideram essa morada o que torna difícil gerir uma rede de transportes para além de não se saber qual a proveniência dos alunos. Nalguns casos existem vagas em escolas perto da casa dos pais e vão para escolas perto das casas dos avós tendo a Câmara que os transportar. É necessário haver alguma regra e assim as pessoas têm vindo a perceber que com estas regras as situações podem vir a ser mais benéficas para as famílias.

Já foi referido que o artigo quinto foi o que sofreu mais alterações mas gostaria de frisar que, para se chegar a este documento final, foram feitas muitas reuniões com as escolas, com os professores e as alterações foram partilhadas com todos.

Outra questão muito importante, e que gostaria de referir, é que o aluno com direito a transporte escolar beneficia desse apoio após a aprovação da candidatura não tendo direito a retroactivos, porque nalguns casos as pessoas não entregam os documentos solicitados, não fazem provas, demoram muito tempo e dois meses depois querem que sejam pagos os passes.

Refere que a Câmara transporta muitos alunos, quer nas suas viaturas quer nos transportes públicos, sendo muito difícil mantê-los calmos e sossegados. Por esses factos os motoristas não estão dispostos a alguns desaforos pelo que os pais terão que ser avisados que se o comportamento do aluno não se modificar este poderá perder o transporte escolar. Eventualmente a medida poderá não ser muito popular mas é uma medida de incentivo à cidadania e a bons comportamentos que infelizmente nem toda gente tem e a situação actual não é fácil. Não se trata da maioria dos alunos mas acontece e o facto de acontecer tem que ficar clarificado, daí a razão do artigo vigésimo sendo que os dados são cruzados com quem os transporta, com os professores e serviço de transportes.

Em relação à questão das vinhetas colocada pelo Sr. Membro José Manuel Silvério gostaria de dizer que foi verificado que a distância das escolas aos postos de atendimento era muito grande dificultando a deslocação dos alunos para além da aglomeração que acontecia por

se deslocarem às mesmas horas. Foi encontrada um nova solução que passa por funcionários do serviço de atendimento se deslocarem às escolas em três dias por mês e se após esses dias ainda houver pessoas para comprar senhas poderão deslocar-se ao CRJ de Pinhal Novo e aos posto de atendimento municipais.

Termina dizendo que as alterações introduzidas foram feitas para beneficiar as famílias e os alunos e para clarificar melhor o papel de cada um em relação às escolas e transportes escolares, para não falar na medida que foi tomada quando o documento foi trazido pela primeira vez e que tinha a ver com o ultrapassar os quatro quilómetros para dar transporte aos alunos que estejam a dois ou mais quilómetros entre a residência e escola.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz ter ouvido com muita atenção a Sra. Vereadora Adília Candeias e arrependeu-se amargamente de ter pedido algum esclarecimento sobre as alterações porque a única que celebram é a alteração dos dois para os quatro quilómetros. Diz compreender a bondade, a necessidade do regulamento vir à Assembleia mas tem que haver uma certa pedagogia entre os órgãos. Diz que a Sra. Vereadora não foi muito clara nas explicações mas aceitam a bondade da revisão e encontra-se esclarecido

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por unanimidade, com 26 votos a favor (15 da CDU, 6 do PS, 4 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

3 – Projecto de Regulamento de Acção Social Escolar

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente se pretende aduzir mais alguma questão à proposta apresentada.

Sra. Presidente da Câmara, diz que aguarda pedidos de esclarecimento.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. José Manuel Silvério do PS, na proposta apresentada é referido que o projecto de regulamento depois da deliberação de Câmara de dezasseis de Julho de dois mil e oito foi tornado público para recolha de sugestões mas que o Despacho nº. 20956/2008, de 11 de Agosto, determinou alterações nesta matéria.

Em Abril de 2008 tinha saído a Portaria nº 39/2008, de 11 de Abril, para Regulamento de Acção Social Escolar que já apresentava alterações essencialmente nas simplificações resultantes com a definição dos escalões da segurança social. Assim as alterações a este regulamento são o reflexo do alargamento da acção social escolar e da sua simplificação, bem com a simplificação doutras matérias.

Os artigos números um, ponto quatro, e sete resultam da simplificação dos escalões para atribuição do auxílio económico; no artigo número oito há também uma simplificação; no artigo

número nove é eliminada a burocracia; no artigo número dez a eventual exclusão dos apoios é também simplificado pela definição dos escalões; o artigo décimo primeiro fica com uma melhor definição e contempla a possibilidade de regularizar algumas irregularidades em favor da autarquia.

Em sua opinião trata-se de um excelente regulamento, do melhor que tem visto em relação aos outros concelhos.

Sr. Faustino Santos do PS, ausenta-se da sala cerca das 22,53 horas.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por unanimidade, com 25 votos a favor (15 da CDU, 5 do PS, 4 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

Sr. Presidente da Mesa, sugere discussão conjunta dos pontos 4 e 5.

4 – Desafectação do domínio público de parcela de terreno com 10774 m2, para cedência à Brisa Auto-Estradas de Portugal, S.A.

5 – Desafectação do domínio público de parcela de terreno com 1654 m2 para cedência à Brisa Auto-Estradas de Portugal, S.A.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se pretende aduzir algum esclarecimento às propostas.

Sra. Presidente da Câmara, diz não ter nada a acrescentar e que aguarda que sejam colocadas questões.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, em virtude de ser funcionário da Brisa, e por uma questão de cumprimento da lei e de bom senso, pede escusa na discussão e votação dos pontos 4 e 5 visto tratar-se de um interesse patrimonial directo.

Pelas 22,55 horas abandona a sala.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, acha positiva a proposta de se efectuar a discussão conjunta das propostas.

Sem estar em causa, do ponto de vista formal, a necessidade destas desafectações do domínio público, a necessidade de ceder terreno para obras a nível nacional, as parcerias que têm que ser feitas entre o poder local e o central e com operadores como a Brisa ou as Auto-estradas de Portugal, pensa que tudo isto é do domínio público e são formalismos que se têm que

percorrer. A única coisa que o espanta nesta situação tem a ver com a questão de ceder uma parte do território, embora com contrapartidas, que acha bem para se poder beneficiar das benfeitorias que se fazem a nível nacional mas que em sua opinião tem que se mudar em termos de futuro. O concelho de Palmela dá para estas obras um conjunto de metros quadrados mas era bom que os vários poderes se fossem habituando a que esta situação deva ser feita de uma forma articulada. O município de Palmela contribuiu com um determinado de metros quadrados do seu território mas questiona o que é que a Brisa, o poder central, contribui em benefício do município.

Diz ser utilizador da auto-estrada e até à data, entre o nó de Coina e o nó de Palmela, nunca teve problema nenhum e sempre circulou bem e até sendo um pouco egoísta diria que a auto-estrada não precisaria de ser alargada. Percebe que a nível nacional é importante o alargamento das auto-estradas mas, egoisticamente, como munícipe de Palmela não sente grande necessidade daquela obra. Sente sim é que a entrada no concelho, quer seja na Volta da Pedra quer na da Autoeuropa, é uma vergonha. A freguesia de Quinta do Anjo começa logo à saída das bombas da BP e tudo aquilo é uma coisa quase terceiro-mundista quando já existem tantos quilómetros de auto-estrada chega-se ao concelho de Palmela e a luz apaga-se. Se repararem o Governo a nível central anda a fazer uma benfeitoria na EN 10, junto à Quinta do Conde, e outra benfeitoria na auto-estrada mas quem está no concelho de Palmela entre estas duas situações continua a viver com uma estrada completamente decrépita que vem desde o nó de Coina, passando por Vila Amélia até Cabanas.

Em sua opinião deveria haver um maior poder de discussão no tratamento deste tipo de situações, ou seja é correcto que se faça uma contribuição para o bem nacional mas é preciso pôr em cima da mesa as necessidades de acessibilidades a nível do concelho. Aquilo que tem verificado é que isso não tem sido correctamente tido em conta. Pensa que o poder local, o poder central, a Brisa, as Auto-estradas e os outros poderes privados ou públicos que têm a seu cargo estas tarefas deviam articular as suas funções para o desenvolvimento integrado dos nossos territórios. Termina dizendo que começa a ficar um pouco farto dos formalismos das desafectações e doações de território sem contrapartidas visíveis para quem vive no concelho de Palmela.

Sr. Faustino Santos do PS, retoma participação nos trabalhos cerca das 22,56 horas.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD, em relação ao despacho do Sr. Secretário de Estado, quando aprova a posse administrativa das parcelas, verifica que existe pressa eleitoralista nestes trabalhos. Por esse facto existe a possibilidade de, se eventualmente "chumbarem" o documento, terem força de negociação com a Brisa uma vez que é uma obra que tem que ir para a frente.

Parece-lhe que não estão salvaguardadas todas as medidas propostas no parecer anexo à proposta 317/1, que é a primeira proposta, uma vez que o técnico alerta para vários factos relativamente às infra-estruturas existentes. Deste modo questiona em que ponto está a eventual negociação com a Brisa relativamente as estas questões. Haveria ainda, eventualmente, a possibilidade de que a Brisa abolisse finalmente o pagamento do troço Palmela/Setúbal. Em sua opinião há um poder de negociação por parte da Câmara que poderia ser aproveitado.

Relativamente à segunda proposta não existe parecer do técnico mas somente o relatório da avaliação do terreno, pelo que gostaria de saber qual o parecer do técnico e os despachos dos Chefes de Divisão e Directores de Departamento como aparecem na primeira proposta.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se mais alguém pretende intervir. Não havendo intervenções passa a palavra à Sra. Presidente para responder às questões colocadas.

Sra. Presidente da Câmara, começando pela última questão colocada tem a dizer que os pareceres que aparecem na primeira proposta têm a ver com dúvidas que foram levantadas e que não se levantaram na segunda, razão pela qual não aparecem anexos à proposta.

Em relação à primeira proposta, e tal como vem referido no despacho do Sr. Vereador Adilo Costa, há uma alusão às reuniões técnicas realizadas entre os serviços da Câmara Municipal e a Brisa no sentido de ser reposto tudo o que tem a ver com a ligação das infra-estruturas, tendo essa exigência sido sempre acautelada pelos serviços e encontrando-se expressa no acordo.

Quanto à questão das contrapartidas tem a dizer que parece que o alargamento é uma obra obrigatória, não é determinada pela Câmara, e tem a ver com o ultrapassar de determinados níveis de tráfego no atravessamento da auto-estrada.

Em sua opinião a intervenção do Sr. Membro Carlos Martins é sem dúvida pertinente para mudar alguma coisa da parte da administração central porque em relação à postura das câmaras municipais dificilmente podem fazer mais. Têm executado e entregue gratuitamente os estudos prévios para a elaboração de projectos com vista à construção de variantes e alternativas às estradas nacionais; têm feito os projectos e garantido financiamento para a execução de rotundas, que sendo em estradas nacionais continuariam a ser da responsabilidade das Estradas de Portugal, e que a Câmara de Palmela tem assumido directa ou indirectamente. Se há alguma atitude a mudar nesta abordagem conjunta do território é fundamentalmente por parte da administração central e até poderia dar alguns exemplos, claramente maus, na abordagem destas empresas que não são entidades públicas, mas sim entidades a quem foram concessionados serviços, e que respondem ao seu interesse estritamente económico porque causam danos concretos no território que muitos dos presentes conhecem e alguns sentiram-nos na pele. Gostaria de referir um dano que é muito significativo no nosso concelho, com a obra de alargamento na zona da portagem da Autoeuropa, em que o facto da Brisa ter aterrado literalmente uma linha de água que atravessava a auto-estrada tem vindo a provocar da concentração de água no lado da freguesia de Quinta do Anjo e esse problema tem que ser resolvido. Era bom, e útil, que as empresas que prosseguem um objecto de natureza claramente pública, que têm uma dimensão nacional, pudessem ter uma orientação de política nacional, ou por parte da política nacional, no sentido de que a abordagem de território a território fosse claramente diferente. Da parte da Câmara de Palmela procuram inverter essa lógica só que nem sempre são completamente bem sucedidos.

Neste caso concreto a abordagem foi cautelosa e a informação que tem neste momento é que estará a ser cumprido tudo aquilo que foi identificado nas reuniões técnicas, mas a Câmara Municipal irá fiscalizar.

Terminadas as intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca as propostas à votação tendo obtido a seguinte votação:

Ponto nº. 4 - Aprovada, por unanimidade, com 25 votos a favor (15 da CDU, 6 do PS, 3 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

Ponto nº. 5 - Aprovada, por unanimidade, com 25 votos a favor (15 da CDU, 6 do PS, 3 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

6 – Aumento do Capital Social da ADREPAL, Lda.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente se pretende aduzir mais alguma questão à proposta apresentada.

Sra. Presidente da Câmara, diz que aguarda que sejam colocadas questões.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. José Manuel Silvério do PS, sobre a proposta em discussão diz tratar-se de um projecto assumido pela Câmara com custos assumidos em defesa dum valor cultural do concelho, pelo que têm que ser pragmáticos sobre esta questão.

O processo teve uma primeira fase que foi a recuperação, legalização e a preservação. Segundo foi dito pela Sra. Presidente, na sessão de vinte e oito de Abril de dois mil e oito, tratava-se dum investimento do erário público de mais de meio milhão de euros para pagar a trabalhadores, fornecedores e segurança social faltando nessa altura pagar mais de cem mil euros à segurança social. Na altura até o próprio Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo tinha a convicção que as dívidas seriam menores, à volta de cento e cinquenta mil euros, tendo sido corrigido pela Sra. Presidente.

A segunda fase do projecto é um problema de gestão e rentabilização para a qual a proposta hoje apresentada deveria estar mais fundamentada. Não basta dizer que querem implementar novas actividades e diversificar a oferta de serviços. De facto neste momento já se verifica a venda de vinhos e outros produtos tradicionais da região, mas é preciso mais informação a esta Assembleia. Partilhar informação é também co-responsabilizar todos os eleitos que, como a Sra. Presidente, aqui estão nesta sessão.

Por fim a terceira fase será a divulgação e comercialização. Sugere que a Câmara promova, com a oferta do transporte, junto das escolas visitas de estudo para os alunos das escolas do concelho, e não só, como em tempo chegou a ser feito. As visitas de estudo não são excursões, são uma forma de formação cultural e informação aos jovens.

O espaço Fortuna Artes e Ofícios cobra, actualmente, por aluno um euro e meio e a visita pode terminar com uma pintura e aquisição de um azulejo por dois euros e meio. Lamenta ver que as escolas organizam visitas de estudo que são quase tomadas como excursões, e que não têm

qualquer valor quando se tornam repetitivas porque visitam sempre os mesmos sítios, pagando dez e quinze euros. Em sua opinião a Câmara poderia promover visitas das escolas àquele espaço o que, segundo informações recolhidas no local, não tem acontecido porque a Câmara deixou de dar transporte. Pensa poder ser feito um esforço no sentido de proporcionar a mais crianças das nossas escolas visitas ao local, o que seria uma forma de rentabilizar o espaço.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, diz que, não restando quaisquer dúvidas que a ADREPAL gere e tem como objecto social a gestão dum bem público cultural municipal merecendo todo o apoio, não queria deixar de referir que esta proposta, com todo o devido respeito, lhe parece insuficientemente fundamentada e insuficientemente instruída. Diz-se no seu texto que: *"… este reforço de capital social se destina a concluir com sucesso esta fase de regularização da empresa e de relançamento económico do projecto…"* o que é óbvio. Em sua opinião deveria haver um estudo de viabilidade económica do empreendimento que não faz parte da proposta. Desta forma são obrigados a votar algo um pouco à cegas porque não existem garantias que com este aumento de capital se pode reequilibrar duradouramente, e sustentadamente, este empreendimento.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que os Srs. Vereadores do Partido Socialista já assumiram a posição que o partido tem sobre esta matéria.

De facto o Sr. Membro Bracinha Vieira trouxe à colação esta zona cinzenta que não permite votar tranquilamente a proposta, uma vez que não têm substância que lhes permita votar de uma forma completamente esclarecida. Desta forma lamentam ter que se abster na votação tal como aconteceu, pelos mesmos motivos, com os Srs. Vereadores em reunião de Câmara.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, uma vez que os argumentos já foram todos aduzidos gostaria apenas de deixar uma nota sobre o pouco cuidado como a proposta está formulada. Mais do ponto de vista da forma, e não tanto do conteúdo, acha que não é muito elegante a forma como a proposta é apresentada, uma vez que em anexo se encontra um contrato de suprimentos onde é referido que o suprimento já deu entrada na empresa desde o dia cinco e vinte de Fevereiro. Não é que se trate de alguma ilegalidade mas, não é muito elegante estar a discutir-se um assunto cuja efectividade já terá tido algumas consequências anteriormente a esta Assembleia sendo que, a proposta poderia ter vindo noutra altura.

Sr. Carlos Guinote do BE, na sequência das intervenções das outras bancadas gostaria de dizer que os critérios de aplicação de fundos da Câmara têm que ser bem claros. Se não passasse pela Quinta do Anjo, se não fosse visitar o local e se estivesse só dependente da documentação que recebeu não teria informação nenhuma para poder dizer que a Câmara poderá aumentar o capital social. Não se encontra explicado na proposta e era preciso o mínimo de informação sobre a actividade da empresa, pelo que não tem condições para poder votar favoravelmente a proposta.

A sua intervenção vem na sequência de outras intervenções que já tem feito sobre a necessidade da Assembleia ser informada sobre os assuntos que tem que analisar.

Sr. Presidente da Mesa, passa a palavra à Sra. Presidente da Câmara para esclarecimentos.

Sra. Presidente da Câmara, diz compreender a posição dos Srs. Membros da Assembleia e gostaria de dizer que não ficou com a mesma leitura da posição dos membros do executivo que aqui foi trazida pelo Sr. Membro Miranda Lemos.

Em relação à intervenção do Sr. Membro Carlos Martins diz que não se trata de uma questão de elegância ou deselegância, uma vez que não é competência da Assembleia pronunciar-se sobre os suprimentos. Não seria elegante aí sim, pela parte da Câmara, não informar a Assembleia da aprovação de suprimentos que foi feita. A questão coloca-se ao contrário, porque a Assembleia é obrigada a pronunciar-se sobre o aumento de capital e por elegância, para referir a expressão usada, a Câmara dá a conhecer o contrato que levou ao aumento dos suprimentos. Ao mesmo tempo que se faz a aprovação da proposta de incorporação do aumento do capital social, dá-se conhecimento que entretanto, foram realizados suprimentos.

Em relação à actividade da ADREPAL, gostaria de recordar aos Srs. Membros da Assembleia as circunstâncias especialíssimas em que a Câmara Municipal se envolveu neste projecto. Em primeiro lugar trata-se de uma pessoa singular com grandes dificuldades relacionadas com o facto da sua própria contabilidade não se encontrar organizada, com o facto de serem continuamente surpreendidos com informações que foram chegando e que não eram completamente visíveis e escrutináveis na primeira apreciação que foi feita do projecto, nomeadamente algumas das dívidas à segurança social que só tardiamente foram identificadas. Todas estas circunstâncias foram condições muito especiais para que a intervenção da Câmara, do ponto de vista financeiro, não pudesse ficar saldada apenas com a verba proposta inicialmente. Actualmente aquele projecto, e aquele espaço, têm que ser assumidos como um projecto cultural e não um projecto económico para a Câmara Municipal. Trata-se de um investimento cultural e se não fosse assim não teriam entrado no projecto, porque se fosse para o viabilizar economicamente no sentido estrito deixariam que o mercado tratasse disso. Quiseram defender um projecto cultural, com história, com raiz, com marca no concelho e como todos os demais equipamentos culturais existem custos que têm que ser assumidos.

Em relação à visita das crianças, embora haja um preço definido para visitas, a Câmara Municipal suporta o custo das visitas das crianças e jovens dos 1º., 2º. e 3º. Ciclos. É verdade que, infelizmente, não têm podido satisfazer todos os transportes que têm sido solicitados e em alguns casos por não existirem condições técnicas para o efectuar ou seja não terem disponíveis as viaturas que são necessárias, por exemplo para o transporte das crianças do 1º. Ciclo, e as mesmas não existirem no mercado para aluguer. De qualquer modo pensa não serem significativos os pedidos que têm sido recusados.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que compreendem perfeitamente o problema que a Câmara tem nesta matéria.

Trata-se, de facto, duma zona sensível que a Câmara assumiu como espaço cultural e não como espaço de investimento e aí estão de acordo. A forma como o projecto surgiu, e todos conhecem o homem, que prezam, é um indivíduo de coração e não um homem de lápis e de contas mas sim um poeta que enriqueceu, e enriquece, o concelho. Tudo isto é tranquilo, é

pacífico e tem que ser dito, mas há mais coisas que têm que ser ditas e não podem assobiar para o lado. Sebastião Fortuna é um homem que preza imenso, é um artista, um artífice que trouxe muita qualidade mas a forma como e onde construiu não foi a melhor. Uma construção que surge num sítio onde há grandes constrangimentos, que não foi licenciada e a Câmara de repente é confrontada com algo que a ultrapassou e muito: com postos de trabalho, com défices que nem conseguiu tipificar. Enquanto Fortuna é um homem de coração, é um poeta, é um artífice a Câmara é obrigada ao rigor das contas porque está a gerir dinheiros públicos e ao mesmo tempo tem de preservar o projecto. Admite a bondade da Câmara ao ter apanhado aquele projecto mas levou a uma não tipificação e isso está assumido na proposta que hoje é apresentada. É evidente que a Câmara também assume as suas culpas porque também foram surpreendidos por situações que não estavam à espera, mas não é muito específica na proposta.

Diz compreender a posição da Sra. Presidente que também deverá compreender que a oposição nunca poderá tomar determinadas posições quando estão em causa dinheiros públicos e por muito que lhe custe assumir há que ter rigor. Não está a pôr em causa a bondade do processo nem o grande impacto cultural que tem mas sim a forma do processo, do rigor e da não existência de zonas cinzentas. Enquanto oposição não podem votar ao lado da Câmara o que lamenta profundamente.

Sr. António Cardoso do PS, ausenta-se da sala pelas 23,28 horas.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 15 votos a favor da CDU e 10 abstenções (5 do PS, 4 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

Sr. Presidente da Mesa, sugere discussão conjunta dos pontos 7 e 8.

7 – Imputação das Despesas com Pessoal da Associação de Municípios da Região de Setúbal para 2009

8 – Imputação das Despesas com Pessoal da Área Metropolitana de Lisboa para o ano 2009

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se pretende aduzir algum esclarecimento às propostas.

Sra. Presidente da Câmara, diz que aguarda que sejam colocadas questões.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Não havendo intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** coloca as propostas à votação tendo obtido a seguinte votação:

Ponto nº. 7 - Aprovada, por unanimidade, com 25 votos a favor (15 da CDU, 5 do PS, 4 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

Ponto nº. 8 - Aprovada, por unanimidade, com 25 votos a favor (15 da CDU, 5 do PS, 4 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 23,30 horas do dia 26 de Fevereiro de 2009, tendo sido lavrada a presente acta, que eu Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores redigi e subscrevi.

Palmela, 26 de Fevereiro de 2009